



DEBATES SOBRE EDUCOMUNICAÇÃO: INDÍCIOS DE FORMALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Eixo 02 - Educação, Comunicação: fundamentos e teorias

Rodrigo Galdino FERREIRA¹

RESUMO

A partir de revisão bibliográfica, incluindo autores como Citelli, Soares e Lopes (2019), o artigo investiga a trajetória da educomunicação, evidenciando o trabalho do professor Ismar Soares e, ainda, explicitando o surgimento de leis que sugerem haver indícios de que uma política pública de educação midiática está sendo gestada pelo Governo Federal brasileiro. Isso ocorre num cenário de ampliação do poderio das grandes corporações da internet (EMPOLI, 2019) e da divulgação de estudos que associam o uso excessivo de redes sociais ao aumento de doenças mentais (HAIDT, 2024). Considerando que política pública é uma diretriz que visa à solução de um problema público (SECCHI, 2016), conclui-se pela necessidade de estudos que analisem esses marcos legais, mensurando seus critérios.

PALAVRAS-CHAVE: Educomunicação; Política Pública; Legislação.

ABSTRACT

Based on a literature review, including authors such as Citelli, Soares, and Lopes (2019), the article investigates the trajectory of educommunication, highlighting the work of Professor Ismar Soares and also explaining the emergence of laws that suggest there are signs that a public media literacy policy is being developed by the Brazilian Federal Government. This occurs against a backdrop of expanding the power of large internet corporations (EMPOLI, 2019) and the publication of studies linking excessive social media use to an increase in mental illness (HAIDT, 2024). Considering that public policy is a guideline aimed at solving a public problem (SECCHI, 2016), it is concluded that studies that analyze these legal frameworks and assess their criteria are necessary.

KEYWORDS: Educommunication; Public Policy; Legislation.

1 Reflexões iniciais sobre o conceito de educomunicação: campo emergente

Conforme Citelli, Soares e Lopes (2019), o nascimento de iniciativas embrionárias de educomunicação foi motivado pelo contexto das ditaduras militares vivenciadas por países latino-americanos nos anos 1960, no qual havia uma resistência ao autoritarismo, por parte das classes

¹ Jornalista profissional (UFJF, 2009) com mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas (Unesp, 2023). Especialista em Comunicação Pública (Unyleya, 2019), em Ouvidoria Pública (Faculdade Verbo Educacional, 2021) e em Narrativas Digitais (PUC Rio, 2024). Aluno especial no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Pós-graduando em Mídias e Educação (Unipampa). Graduando em Letras-Português (Unipampa). E-mail: rodrigo.galdino@unesp.br. Artigo elaborado pelo autor como critério de avaliação da disciplina “Educomunicação: fundamentos, metodologias e áreas de intervenção”, do PPGCOM da ECA-USP, ministrada pelos professores doutores Ismar de Oliveira Soares e Claudemir Edson Viana, no primeiro semestre de 2025.



populares, o que incluía as práticas de leitura crítica dos meios e de aprendizado sobre produção midiática, por exemplo. Os autores pontuam que, nos anos 1980/1990, o Departamento de Comunicações e Artes (CCA) da Escola de Comunicação (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) deu início às discussões visando “instituir uma área de trabalho voltada ao entendimento dos vínculos comunicativos-educativos, sobretudo naquela quadra histórica de luta pela retomada das liberdades democráticas no Brasil” (CITELLI; SOARES; LOPES, 2019, p.14).

Na sequência, em 1994, a revista Comunicação & Educação, sob liderança da professora Maria Aparecida Baccega, vislumbrou inicialmente a convergência em torno da interface “comunicação/educação” – levando, posteriormente, ao surgimento do então neologismo “educomunicação”, um campo emergente, em ascensão, mas atualmente bem mais consolidado cientificamente, conforme comprovam alguns estudos (SOARES, 2007).

Ainda segundo os pesquisadores (CITELLI; SOARES; LOPES, 2019), estudos científicos do professor Ismar de Oliveira Soares com comunicadores latino-americanos levaram à constatação da existência de inúmeras reflexões e práticas sobre o assunto, sobre o fazer educomunicativo - incluindo, também, a ocorrência de disputas quanto à nomenclatura a ser usada para designar essas práticas: se mídia educação, se educomunicação, se leitura crítica dos meios, etc.

Paralelamente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) chegou ao entendimento de que esse problema teórico educomunicativo supera e ultrapassa áreas como a “educação para os meios”, a “*media education*” ou a “leitura crítica” - conceitos que já vinham sendo debatidos. Ou seja, a reflexão sobre educomunicação promove “estratégias multi-inter-transdisciplinares”, diálogos e encontros da comunicação com a educação:

O que localizamos é um fenômeno amplo, de natureza cultural e socio-técnica, a pedir novos aportes para a compreensão do lugar da comunicação no interior de um ecossistema complexo, certamente solicitando outro tipo de tratamento dos fenômenos educativos, mesmo os formais. Assim, trata-se de promover, por meio de estratégias multi-inter-transdisciplinares, diálogos e encontros (e possíveis desencontros) da comunicação, uma dimensão social estratégica no mundo hodierno, com a educação. O trânsito entre as áreas, como se percebe, é mais difícil do que a execução de programas localizados (e necessários) voltados à educação para os media. (CITELLI; SOARES; LOPES, 2019, p.14-15).

A partir dessa interpretação, conclui-se que a educomunicação é uma área de estudos emergente, em ascensão, que contempla uma multiplicidade de áreas de intervenção e que, nesse



sentido, vai além daqueles meros aspectos técnicos (possivelmente instrumentais) que visavam fazer o enfrentamento do contexto das ditaduras militares ocorridas na América Latina, como o aprendizado do fazer midiático e a colocação em prática de uma leitura crítica dos meios de comunicação. Na contemporaneidade, o debate sobre a intersecção entre educação e comunicação frisa o desenvolvimento de um campo de intervenção social específico, a partir da derrubada de fronteiras entre esses dois campos; e que, paralelamente, prega a existência de valores solidários, democráticos, apresentando uma legítima preocupação com a democratização da comunicação (SOARES, 1999).

Em seus estudos, consolidados especialmente a partir dos anos 1996, o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da ECA-USP tem como base diversos pesquisadores e professores, incluindo o patrono da educação brasileira, o educador pernambucano Paulo Freire, e o educador-comunicador Mário Kaplun, nascido na Argentina e radicado no Uruguai.

Para o NCE, a educomunicação possui múltiplas áreas de atuação, extrapolando a mera leitura crítica dos meios ou a disseminação de aprendizados sobre o fazer midiático - o que também foi referendado pela própria Unesco. Ou seja, o termo - que se refere a um campo de estudos em elaboração, em construção, logo, emergente, e que, tido como neologismo, foi legitimado pela Academia Brasileira de Letras apenas em 2021 - diz respeito a diversas áreas de intervenção, incluindo: educação para a comunicação, pedagogia da comunicação, expressão comunicativa pela arte, produção midiática, gestão comunicativa, reflexão epistemológica e mediação tecnológica na educação, dentre outras.

Em artigo sobre uma experiência de educação midiática colocada em prática no município mineiro de Juiz de Fora, apontamos que o projeto Nossa Mídia consistiu numa relevante ferramenta de democratização dos meios de comunicação e de ampliação da cidadania participativa, ao permitir que estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), moradores de uma região periférica da cidade, tivessem acesso ao aprendizado de técnicas jornalísticas diversas e, inclusive, à produção de veículos midiáticos que divulgassem a sua cultura local (FERREIRA, FUSER, 2012). A iniciativa ministrava oficinas de rádio, TV, redação, diagramação, web e fotografia para esses estudantes e culminou com a formação de repórteres comunitários - ou seja, concentrou-se em apenas duas áreas de intervenção da educomunicação (educação para a comunicação e produção midiática), demonstrando, mesmo assim, uma importância para a reflexão sobre o tema.



A linha de atuação do projeto, que segue uma decisão política de todos que dele participam, mostra a viabilidade e relevância de programas de educomunicação, um novo campo de estudos capaz de realizar transformações na realidade local. É nessa perspectiva que, a partir de agosto de 2011, outros colaboradores voluntários se juntarão ao projeto, para ministrar as oficinas. Pois, a partir da educação para e pelos meios, é possível ampliar o acesso a direitos, reduzindo assim as desigualdades. (FERREIRA, FUSER, 2012, p.11).

Também no contexto da educação não formal, a experiência do Jornal de Chiador, veículo comunitário que circulou na cidade homônima, localizada em Minas Gerais, também apresenta bases educacionais, tendo em vista que estava pautada no incentivo à participação popular na produção de conteúdo informativo, com aspectos de dialogicidade presentes e, além disso, mecanismos de educomunicação, como as oficinas de jornalismo ministradas aos moradores do município (FERREIRA, 2009). Apesar de haver um certo “bloqueio” da cidadania (FUSER, FERREIRA, 2015), devido à baixa participação desses moradores em reuniões da Câmara de Vereadores, de associações comunitárias ou de encontros para discussão de pautas do próprio jornal, por exemplo, constata-se que as dimensões da gestão participativa, da educação para a comunicação e da produção midiática, áreas de intervenção da educomunicação, são perceptíveis no projeto.

Orofino (2005), em obra lançada antes da disseminação e popularização dos smartphones, pontuava a relevância do uso da linguagem audiovisual como ferramenta educativa. A autora destaca a importância da chamada educação midiática para a promoção da cidadania e o fortalecimento do pensamento crítico nos educandos. Ou seja, defende que os estudantes aprendam a linguagem da mídia para, assim, conseguir ressignificar os seus produtos e até mesmo produzir, eles próprios, conteúdos midiáticos condizentes com a diversidade cultural. Algo que foi colocado em prática tanto no Projeto Nossa Mídia quanto no Jornal de Chiador, experiências que trabalhavam com a perspectiva educacional, mesmo que atuando apenas poucas de suas áreas de intervenção. Segundo a autora (OROFINO, 2005, p.143), as questões da contemporaneidade “nos colocam frente à frente com a exigência de políticas públicas que estejam atentas a consumo cultural infantil nestes tempos de presença massiva das mídias no cotidiano de todos nós”.

Viana, Simpício e Santos (2024) refletem sobre a participação cidadã de crianças e adolescentes no mundo da internet, a partir de indicadores da pesquisa TIC Kids Online Brasil, que aborda aspectos da cidadania digital - especificamente analisando o uso de ferramentas tecnológicas para atividades relacionadas a direitos e deveres, como a efetivação de diálogos sobre política e o engajamento em protestos e campanhas online. Segundo os pesquisadores, a série histórica da



pesquisa comprova que as práticas de engajamento e atuação em grupos de interesse ou participação política foram as registradas em menor proporção, em comparação com outros usos, como os relativos a práticas de entretenimento (ouvir música, assistir vídeos ou participar de jogos online, por exemplo).

Os autores (VIANA, SIMPLÍCIO E SANTOS, 2024) pontuam que o envolvimento em atividades online de cidadania aumenta na medida em que se avança a idade: ou seja, quanto mais velhos os usuários, maior é a sua participação em práticas relacionadas à cidadania digital. Acrescentam, entretanto, que atividades de comunicação tem o potencial de fortalecer as práticas cidadãos online (e, nesse sentido, mencionam pesquisa que informa que, em 2022, 73% dos usuários de internet, com idades entre 9 e 17 anos, informaram usar redes sociais e 79%, mensagens instantâneas). Pontuam, também, que esses dados são uma oportunidade para que professores abordem cidadania digital na escolarização:

Do mesmo modo que o ambiente digital não foi projetado considerando a presença de crianças e adolescentes, a expectativa de engajamento em práticas online por esse público também pode pressupor o comportamento de adultos nesse universo. Parâmetros de cidadania e engajamento online específicos para a população infantojuvenil podem contribuir para o fortalecimento dessas práticas e, consequentemente, para o melhor aproveitamento dos ambientes digitais por esses indivíduos, bem como para melhora no seu bem-estar, garantindo que seus direitos sejam respeitados. (VIANA; SIMPLÍCIO; SANTOS, 2024, p.136).

Outro aspecto relevante e imprescindível para os projetos de educomunicação é a dialogicidade - ou seja, a premissa de que o diálogo deve perpassar todas as dimensões dessa experiência. Para Citelli, Soares e Lopes (2019, p.16), “ainda que o conceito de diálogo seja, obviamente, pertinente a diversos âmbitos da vida, do conhecimento, das disciplinas etc., sem ele a educomunicação não passaria de quimera”.

Essa perspectiva demonstra-se bastante complexa, tendo em vista que, até mesmo nos espaços escolares, a palavra costuma estar centrada no professor, relegando ao aluno a posição de mero expectador. Temos, nesse sentido, o desafio de garantir experiências verdadeiramente dialógicas, onde haja espaço para que os pontos de vista dos educandos sejam ouvidos e, mais do que isso, considerados, o que tornará a experiência educativa essencialmente democrática e, nesse sentido, educ comunicativa.



Está em jogo, portanto, a compreensão do fenômeno comunicativo em amplitude maior, envolvendo a dimensão ontológica – no caso da escola, anterior ao debate sobre a entrada das tecnologias na sala de aula – cuja expressão evidente está colocada na órbita do acontecimento, aqui a ser lido no sintagma “sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. A ancoragem capaz de garantir os sentidos buscados pede por trocas dialógicas – os deslocamentos dos polos enunciativos –, sem a qual a educação, em qualquer dos seus planos, formais ou não formais, se fragiliza. Tal assertiva, voltada ao reconhecimento das alteridades, ilumina o elemento heterógeno (inclusive discursivo), diverso, dos valores ético-morais postos em circulação social. (CITELLI; SOARES; LOPES, 2019, p.18-19)

2 Ismar Soares e a consolidação da educomunicação no Brasil e no mundo

O professor e pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) Ismar de Oliveira Soares é um dos principais estudiosos das práticas de educomunicação no país - tendo, inclusive, ressemantizado o termo, em 1999, visando à designação desse campo emergente (CITELLI; NONATO; FIGARO, 2021). No artigo “Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação” (SOARES, 2014), o profissional aborda algumas das principais discussões por ele efetivadas durante o VI Encontro Brasileiro de Educomunicação, realizado em 2013 pelo Núcleo de Comunicação e Educação da USP (NCE-USP).

Soares parte de uma abordagem histórica e da evolução do tema em diversas regiões do mundo e em períodos específicos – incluindo o fato de que, na América Latina, os trabalhos relacionados às práticas educacionais sempre estiveram associados a entidades do terceiro setor, como as então chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs), e também a núcleos acadêmicos específicos. Ou seja, a educomunicação não era tida como uma política pública, devidamente incentivada e efetivada pelo Estado, o que, inclusive, pode ter dado vazão ao surgimento de diferentes correntes teóricas nesse campo de estudo.

O autor menciona os intitulados “protocolos básicos” – ou seja, conceitos e normas aos quais se filiavam os modelos de educação midiática, para garantir, nesse sentido, uma identidade das ações, maior coerência e também aceitação pública. Segundo Soares (2014, p.17-18), tais modelos (ou correntes teóricas) são: o moral (protocolo mais antigo, associado à defesa de uma produção midiática de qualidade e elaborada com responsabilidade social, justificando, por exemplo, a existência dos mecanismos de classificação indicativa), o cultural (que focaliza na



relação dos estudantes com os meios de comunicação de massa e com as novas tecnologias, sendo denominado de “educação para os meios”, por exemplo) e o midiático ou educ comunicativo (corrente que se preocupa com o processo comunicativo em sua totalidade – ou seja, pregando o direito à comunicação e ao fortalecimento das competências de expressão dos educandos).

A partir dessa abordagem, constata-se que o debate sobre as práticas educ comunicativas é bastante atual, contemporâneo, e pode ser plenamente aplicado aos contextos do século XXI, onde ocorre a emergência da inteligência artificial e a supremacia das redes sociais digitais, num mundo cada vez mais polarizado e ideologizado, no qual o poderio das grandes corporações de tecnologia, as chamadas *big techs*, influencia as diversas formas de sociabilidade, inclusive pleitos eleitorais (EMPOLI, 2019). Destaca-se, inclusive, que a corrente mais contemporânea citada acima, a do protocolo midiático ou educ comunicativo, convive (com) e adere-se perfeitamente às outras duas vertentes, a cultural e a moral.

Dito de outra forma: é factível que, na contemporaneidade, nos valhamos de um debate moral para defender a disseminação de conteúdo de qualidade e com a devida classificação indicativa, como pregado por entidades brasileiras do terceiro setor, como o Instituto Alana (BRAGAGLIA; CABRAL; SEABRA, 2011), cultural (já que as competências tecnológicas e de produção de conteúdo midiático em redes sociais, por exemplo, seguem sendo relevantes para o entendimento desse cenário) e também educ comunicativo - pois a discussão sobre a comunicação, inclusive a comunicação pública, tida como um direito cidadão continua sendo algo de relevante.

Ainda sobre a América Latina, Soares (2014) destaca, ao abordar a trajetória da educação midiática, que a iniciativa denominada Plan de Niños (PLAN-DENI) foi precursora. Voltado para a análise da produção de cinema, por parte das crianças, e também para a produção de conteúdo audiovisual pelas mesmas, o programa foi criado em 1968, prevendo a capacitação de professores para trabalhar essa temática em sala de aula - e foi expandido para diversos países, como o Uruguai, Paraguai, Equador, República Dominicana e até mesmo o Brasil. Conforme o autor (SOARES, 2014, p.19-20), o PLAN-DENI tinha como pressupostos teóricos o marxismo (prevendo a existência de uma imposição da ideologia dominante sobre a classe dominada, que consumia a mídia) e o pensamento liberal (que refletia nos efeitos midiáticos, pressupondo que haveria prevalência do emissor sobre o receptor). Em ambas as vertentes, não estava prevista a capacidade de reação do público.

Tal interpretação (que parte do pressuposto de que o consumidor dos meios de



comunicação de massa seja passivo, não tendo condições de reagir proativamente aos conteúdos da mídia) é oriunda da teoria denominada “agulha hipodérmica”, já bastante superada (TONDO, NEGRINI, 2011). Superada porque a interpretação de mundo, por parte das pessoas, pressupõe a existência de diversos filtros, como a família, a escola, a igreja, as relações interpessoais, dentre outros - logo, os meios de comunicação podem até influenciar os cidadãos, em suas escolhas, mas não são apenas eles que influenciam a sociedade, já que seu poder é limitado e minimizado por outros aspectos (como até mesmo as interlocuções realizadas em redes sociais digitais, na contemporaneidade).

Para Ismar, essa conclusão de que o consumidor de mídia seria passivo deu origem à interpretação de que seria impossível haver um diálogo entre comunicação e educação - o que teria ocasionado uma resistência dos sistemas educativos à chamada educação mediática, levando a Unesco a criar uma “terceira via”, neste debate: aquela que parte da premissa de que é necessário haver o desenvolvimento cultural dos povos da América Latina. Nesse sentido, em um congresso realizado em 1949, no México, discutiu-se a criação de um Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe. E, posteriormente, outras reuniões ocorreram, visando à criação de uma nova ordem mundial de informação e comunicação, pleiteando a efetiva democratização das políticas da área. No Brasil, nos anos 1980 e 1990, esclarece o pesquisador (SOARES, 2014, p.21), o Projeto de Leitura Crítica da Comunicação, da União Cristã Brasileira de Comunicação (UCB), ofereceu um serviço de formação às lideranças populares e aos educadores, nesse contexto que visava à disseminação de conhecimentos sobre a linguagem e o processo produtivo da mídia.

Ainda segundo Soares (2014), a primeira edição do Congresso Internacional sobre Comunicação e Educação, realizada em maio de 1998 pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo (USP), teve papel relevante nessa evolução dos debates sobre o assunto. Contando com a participação de mais de 1,5 mil pessoas, oriundas de 30 países diferentes, o evento contou com a apresentação de diversos estudos acadêmicos, incluindo um trabalho apresentado pelo próprio pesquisador Ismar, no qual ele abandona o enfoque de proteção às crianças, em voga no passado, para valorizar a experiência prática - ou seja, para que a educação mediática se preocupasse com o processo comunicativo e não apenas com a análise da mídia de massa por si só.

Para o pesquisador (SOARES, 2014), os debates travados sobre a área da educomunicação, nos últimos anos, e a ampliação desses debates para aspectos relacionados à cultura, levaram ao



fortalecimento do conceito de educação midiática e ao conhecimento dos gestores e operadores de políticas públicas sobre a relevância de se considerar a mídia e a comunicação no trabalho educativo. Ou seja, as discussões levaram ao reconhecimento de que existe uma intersecção e um diálogo frequente entre educomunicação, educação e comunicação midiática - e de que é importante evoluir, considerando-se a alfabetização midiática, mas, também, a defesa do direito humano à liberdade de expressão e de comunicação, nesse ambiente cultural.

3 Considerações finais: temos o surgimento de uma política pública de educação midiática?

A inserção do debate sobre os meios de comunicação de massa - e sobre as mediações decorrentes - no ambiente escolar continua sendo relevante (OROFINO, 2005), especialmente nesse contexto de evolução das tecnologias de comunicação de massa, com o advento e ampliação do poder e influência das redes sociais digitais, por exemplo, e da inteligência artificial generativa.

São muitos os dilemas, embates e complexidades que estão envolvidos - e é importante que educadores e educandos estejam aptos a interagir, de maneira consciente e crítica, com esses temas. Logo, a educomunicação continua sendo importante - e a formação de profissionais da educação, a partir de cursos de educação continuada, de graduações e de especializações *latu sensu*, além dos estudos e pesquisas viabilizados em programas de mestrado e doutorado, pode garantir projetos com resultados positivos. Quem sairá ganhando, com certeza, é a democracia e a cidadania.

É importante que reflitamos sobre o potencial da comunicação e da educação para a transformação da sociedade. Pois os problemas deste século XXI são deveras complexos e exigem a elaboração de soluções também complexas, assim como uma busca por alternativas que envolvam toda a sociedade. Nesse contexto, comunicação e educação precisam estar envolvidos, especialmente a vertente que une essas duas áreas do conhecimento, de maneira intersetorial e multidisciplinar: a educomunicação.

Falemos inicialmente do cenário atual. Com o avanço dos grandes conglomerados de comunicação e das grandes empresas de tecnologia, as chamadas *big techs*, aumenta cada dia mais a influência das redes sociais digitais e da inteligência artificial no cotidiano das pessoas (EMPOLI, 2019). Há diversos autores, inclusive, que associam o excesso de uso das redes sociais ao aumento dos casos de depressão e de transtorno de ansiedade (DESMURGET, 2021; HAIDT, 2024), e é sabido que, de fato, as mídias sociais já concentram uma parcela considerável do recurso destinado



à publicidade.

Também podemos pensar no lado “positivo”. A facilidade com que ocorre a comunicação entre pessoas, viabilizada especialmente por essas mesmas redes sociais digitais (caso do Whatsapp, por exemplo), garante agilidade na divulgação de informações, de conhecimentos, de culturas. E a desconcentração da geração de informações, antes atribuída apenas aos veículos de mídia tradicionais, em tese viabiliza uma maior diversidade de conteúdos e de atores sociais, até mesmo favorecendo a democratização do acesso.

Mas, ao mesmo tempo em que podemos considerar a comunicação como uma importante ferramenta para a democracia, também podemos encará-la como um obstáculo: por exemplo, é a partir da disseminação de *fake news* (notícias fraudulentas, falsas, que desinformam a sociedade) que muitas das democracias ocidentais estão sendo abaladas, inclusive com a eleição de políticos de extrema direita, com viés fascista. É a democracia sendo corroída por dentro, com a chegada ao poder de defensores da ditadura, inclusive.

É aí que entra a educomunicação, nesse cenário de muita complexidade. Para barrar os efeitos negativos das redes sociais digitais, por exemplo, estratégias educativas podem ser utilizadas, para que já, no ensino regular, os estudantes sejam incentivados a analisar criticamente todo esse processo, de produção, disseminação e recepção de conteúdos midiáticos. Mais do que isso, os educandos podem ser estimulados a produzir conteúdos midiáticos que ampliem a diversidade de pontos de vista e a contraposição de ideias. Referimo-nos, nesse sentido, a uma educomunicação que contempla uma diversidade de áreas de intervenção, como mencionado, e que dê conta das especificidades e complexidades dos dias atuais.

Secchi (2016) define política pública como uma diretriz - adotada preferencialmente pelo Estado, mas podendo envolver outros atores da sociedade, como entidades do terceiro setor - visando à solução de um problema público específico. Nesse sentido, mediante o cenário de complexidades e de problemas do cotidiano, na sociedade atual, vislumbra-se a adoção, pelo governo federal brasileiro, de legislações e normativas diversas que visam encarar os desafios da educação, especialmente na área da educação midiática.

É nesse contexto que se inserem os critérios previstos em documentos e marcos legais recentes do Governo Federal brasileiro que tratam do assunto, como a Política Nacional de Educação Digital (BRASIL, 2023) e a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (BRASIL, 2023) - normativas que apresentaram diretrizes para a inserção da educomunicação na educação formal - e



até mesmo a Lei Federal 15100/2025 (BRASIL, 2025), que restringiu o uso de aparelhos eletrônicos, principalmente os celulares, em sala de aula, especificamente para fins não didáticos, diversionais, de entretenimento, mas, ao mesmo tempo, autorizou o uso de aparelhos eletrônicos para fins pedagógicos ou didáticos, em conformidade com a orientação dos profissionais de educação.

Ainda sobre políticas públicas de educomunicação, mencionam-se os pressupostos de regramentos mais antigos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a sua relação com as competências de cultura digital. O texto ressalta que a cultura digital “envolve aprendizagens voltadas a uma participação mais consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, o que supõe a compreensão dos impactos da revolução digital e dos avanços do mundo digital na sociedade contemporânea” (BRASIL, 2018). E, confirmando a relevância do assunto para a legislação recente, também foi editada a “Base Nacional Comum Curricular Computação - Complemento à BNCC” (BRASIL, 2022).

A partir dessa revisão bibliográfica sobre o assunto, constatamos a evolução histórica das discussões sobre a educomunicação, no Brasil, e também sobre a própria terminologia (que, antes era tida como um neologismo e que recentemente, em 2021, passou a ser um termo oficialmente reconhecido pela Academia Brasileira de Letras). Essa evolução pode, inclusive, ser referendada pelos marcos legais citados e por outros, mesmo que haja dilemas e fragilidades a serem superadas. Conclui-se, nesse sentido, que existem indícios de que está havendo, por parte do Governo Federal brasileiro, a gestação de uma política pública de educação midiática, o que poderá ser comprovado em estudos posteriores sobre o assunto.

Tais estudos deverão contemplar a verificação dos critérios técnicos e dos referenciais conceituais utilizados para a edição das normas, inclusive considerando-se a expectativa de que tais critérios sejam baseados em evidências científicas, legitimando, assim, a política pública; assim como deverão prever o acompanhamento e monitoramento da política pública colocada em prática pelos entes federativos, além da respectiva mensuração da efetividade das estratégias adotadas, visando à realização de eventuais ajustes e à correção de rumos.



Referências

BRAGAGLIA, Ana Paula; CABRAL, Adilson; MARTINS, Ingrid Schumann Seabra. **A regulação da publicidade infantil: uma arena de debates entre as organizações sociais e do mercado.**

Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/estudosdecomunicacao/article/view/22385>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2025.

_____. **Base Nacional Comum Curricular. Computação - Complemento à BNCC.** Brasília, 2022. Disponível em:

<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/anexo_parecer_cneceb_n_2_2022_bncc_computacao.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

_____. **Política Nacional de Educação Digital (PNED, Lei nº 14.533/2023).** Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm>. Acesso em: 10 jun. 2025.

_____. **Estratégia Brasileira de Educação Midiática:** Coordenação-Geral de Educação

Midiática, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao/2023_secom-spdigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025

_____. **Lei Federal nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025.** Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica.. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/115100.htm>. Acesso em: 02 jun. 2025.

CITELLI, Adilson, NONATO, Cláudia, FIGARO, Roseli (2021). Ismar de Oliveira Soares: a memória dos estudos comunicativos-educativos e da educomunicação no Brasil. **Comunicação & Educação**, 26(1), 156-166. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/184921>>. Acesso em: 7 jun. 2025

CITELLI, Adilson; SOARES, Ismar de Oliveira & LOPES, Maria Immacolata Vassalo (2019).

Educomunicação: referências para uma construção metodológica. **Comunicação & Educação**, Ano XXIV, número 2, jul/dez 2019, p.12-25. Disponível em:

<<https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/165330/159511>>. Acesso em: 21 mar. 2025



DESMURGET, Michel. **A fábrica de cretinos digitais: Os perigos das telas para nossas crianças**. São Paulo: Vestígio, 2021.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. 3. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

FERREIRA, Rodrigo Galdino (2009). **Jornal de Chiador: comunitário, alternativo ou popular?** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Comunicação Social. UFJF. Juiz de Fora. Disponível: <http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/monografia_revisada_rodrigo_galdino.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FERREIRA, Rodrigo Galdino; FUSER, Bruno. A experiência cidadã do Projeto Nossa Mídia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35, 2012. **Anais**. Fortaleza: Intercom, 2012, p. 1-11. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1713-1.pdf>>. Acesso em 18 jun. 2025

FUSER, Bruno; FERREIRA, Rodrigo Galdino. Comunicação comunitária e participação política em Chiador, MG: exemplo de cidadania bloqueada?. **Passagens: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, [S. l.]**, v. 6, n. 2, p. 125-145, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/passagens/article/view/2476>. Acesso em: 30 jun. 2025.

HAIDT, Jonathan. **A geração ansiosa: Como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais**. São Paulo: Cia. das Letras, 2024.

OROFINO, Maria Isabel. **Mídias e Mediação Escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade**. São Paulo: Instituto Paulo Freire/ Cortez, 2005

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato: Revista Brasileira de Comunicação, Educação e Arte** – nº 2. Brasília: UnB, 1999.

SOARES, Ismar de Oliveira. A ECA/USP e a Educomunicação: a consolidação de um conceito, em dezoito anos de trabalho. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 2, p. 7-12, 2007. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v12i2p7-12. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/37634>>. Acesso em: 1 jul. 2025.



SIMEDUC

12º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação
3º Fórum Permanente Paulo Freire

22 a 24 de outubro de 2025

ISSN: 2179-4901

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 15–26, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037>>. Acesso em: 7 jun. 2025.

TONDO, Romulo; NEGRINI, Michele. A Superação da Teoria Hipodérmica no Contexto das Organizações. **Anagrama**, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 2, p. 1–16, 2011. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/anagrama/article/view/35623>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

VIANA, Claudemir Edson; SIMPLÍCIO, Fernanda; SANTOS, Marcelo A P. Atuação infantojuvenil na cidadania digital. **TIC KIDS ONLINE BRASIL 2023**. Cetic.br/CGI. p. 131-137. 2024. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/003215161>>. Acesso em: 1 jun. 2025.